



SEÇÃO: ARTIGOS

Condições educativas na escola pública e privada de Fortaleza-CE

Educational conditions in public and private schools in Fortaleza-CE
Lia Machado Fiuza
Fialho¹
orcid.org/0000-0003-0393-9892
lia_fialho@yahoo.com.br
Roberta Araújo de
Sousa²
orcid.org/0000-0002-7431-1886
roberta-legiao@hotmail.com
Francisca Genifer
Andrade de Sousa¹
orcid.org/0000-0001-8280-3250
geniferandrade@yahoo.com.br
Recebido em: 13/05/2020.

Aprovado em: 07/10/2021.

Publicado em: 05/09/2022.

Resumo: Objetivou-se compreender os fatores que influenciaram a transferência de alunos da rede pública para a rede privada de ensino na educação básica do município de Fortaleza-CE. A pesquisa, de abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso, foi desenvolvida mediante entrevista semiestruturada com seis mães de alunos que optaram por descontinuar a escolarização dos seus filhos na rede pública de ensino, matriculando-os em uma escola privada na periferia da capital cearense. Os dados coletados foram submetidos à análise de conteúdo, para a qual emergiram três categorias: a) perfil das entrevistadas, que elucidou a baixa condição financeira de suas famílias e dificuldade para custear o ensino privado; b) motivações para a transferência, dentre elas o baixo rendimento na aprendizagem e a falta de qualidade da escola pública; e c) satisfação com a escola privada, decorrente do acompanhamento mais individualizado, maior interação da escola com a família e ensino melhor qualificado. Conclui-se que as precariedades da escola pública fazem com que famílias se sacrifiquem financeiramente para manter seus filhos estudando em escola privada.

Palavras-chave: Escola pública. Escola privada. Dualidade educacional. Qualidade na educação.

Abstract: The objective was to understand the factors that influence the transfer of students from public to private schools in basic education in the city of Fortaleza-CE. The research, with a qualitative approach, of the case study type, was developed through a semi-structured interview with six mothers of students who chose to discontinue their children's schooling in the public school system and enrolled them in a private school located on the outskirts of the capital of Ceará. The collected data were submitted to content analysis, for which three categories emerged: a) profile of the interviewees, which elucidated the low financial condition of their families and the difficulty to pay for private education; b) motivations for the transfer, among them the low learning performance and the lack of quality in the public school; and c) satisfaction with the private school, due to the more individualized monitoring, greater interaction between the school and the family and better qualified teaching. It is concluded that the precariousness of the public-school causes families to sacrifice themselves financially to keep their children studying in a private school.

Keywords: Public school. Private school. Educational duality. Quality in education.

Introdução³

A história da educação brasileira teve início com os indígenas, que a desenvolviam de maneira integral e informal, tendo a cultura como veículo (BOSI, 1936). Com a chegada dos portugueses, implanta-se um modelo de educação formal, mais sistematizado, com o objetivo de ensinar a cultura



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, CE, Brasil.

² Instituto Psicopedagógico Raio de Luz, Fortaleza, CE, Brasil.

³ Essa pesquisa foi financiada pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAp), com o projeto de n. PS1-0186-00218.01.00/21, sob coordenação da professora Lia Fialho.

branca aos nativos, especialmente, sob a égide religiosa (SAVIANI, 2011). Desde a chegada dos colonizadores fez-se avultar a existência de dois modelos educativos: um destinado aos nativos e aos demais indivíduos sem posses, com mote no ensino das primeiras letras, profissionalização e aculturação; e a outra voltada para a elite, que iniciava os estudos com preceptores em território brasileiro e em seguida eram enviados à Europa, para dar prosseguimento aos estudos (ARANHA, 1996; ANANIAS; SANTOS, 2019).

No Império, a distinção entre a instrução da elite econômica e a do povo menos abastado tornou-se ainda mais expressiva. Nesse período, foi criado na Corte, no Rio de Janeiro, o Colégio Imperial Dom Pedro II, instituição mantida pelos cofres públicos, mas não frequentável pelos mais empobrecidos, tendo em vista os altos gastos com as mensalidades, enxoval e materiais escolar, investimentos inviáveis à classe menos favorecida economicamente (GONDRA; SCHUELER, 2008). Também data desse período, a fundação dos Liceus Imperiais nas capitais do país, seguindo a mesma estrutura do Colégio Imperial Dom Pedro II; portanto, inacessível para a maioria da população.

Nos primeiros séculos da história da educação brasileira o ensino público era considerado de excelência, denotando o mais alto nível de qualidade, entendimento que passa a ser modificado na República, mais precisamente quando o Governo institui a criação de grupos escolares e vai iniciando a universalização da escolarização (BENCOSTTA, 2001). Especialmente porque as províncias ficaram incumbidas por prover a educação formal, o que ressaltou as desigualdades regionais e comprovou a impossibilidade de os governos locais gerirem a escolarização pública com qualidade, equidade e igualdade, dada a falta de recurso e inoperância política (NOGUEIRA, 2011).

Salvo algumas exceções de escolas públicas que oferecem um ensino de qualidade muito

boa, o progressivo sucateamento e desprestígio do ensino público fez com que a rede privada de ensino fosse considerada o melhor espaço para a educação de crianças e adolescentes no imaginário social brasileiro (GARCIA *et al.* 2017). Os estabelecimentos privados passaram a ser lócus da educação de quem pode dispor economicamente do investimento particular na escolarização, enquanto os espaços públicos ficaram majoritariamente destinados àqueles que não possuem condições de custear os estudos (VICENTINI; LUGLI, 2009), ofertando ensino de menor qualidade e, por vezes, preparando para o trabalho nos postos menos prestigiados (SANTOS; SILVA; SILVA, 2019). Formula-se o pressuposto de que a população pertencente à classe média baixa⁴, por perceber a distinção qualitativa entre o ensino público e o privado, tem apostado em matricular os filhos em instituições privadas, mesmo quando essa decisão compromete o orçamento familiar. Argumenta-se que o aumento do poder aquisitivo, associado à baixa qualidade da educação pública, são fatores preponderantes que estimulam a transferência de alunos da rede pública para a rede privada.

Ante tais considerações, questiona-se: o que leva os pais com restrito poder econômico a transferir seus filhos da rede pública para a rede privada de ensino? O objetivo do estudo, portanto, foi compreender os fatores que influenciam a transferência de alunos da rede pública para a rede privada de ensino, na educação básica do município de Fortaleza-CE. Tal mote possibilitou discutir a dualidade da educação, que não ocorre com a mesma qualidade, equidade e igualdade para todos.

O objeto deste estudo são as narrativas das mães de alunos que retiraram seus filhos da escola pública para matriculá-los na instituição privada, sem benefícios de bolsa estudantil, ou seja, agregando mais uma despesa, no caso, a matrícula, o fardamento, o material escolar, as mensalidades etc., às despesas familiares.

⁴ O termo "classe média baixa" ou "baixa classe média" corresponde a uma subdivisão da classe média, composta por sujeitos que ainda não possuem o status requerido para que possam ser classificados como classe média. É a maior classe econômica do país e sua renda per capita é de aproximadamente R\$ 450,00 (IBGE, 2018).

Oportuniza-se, com efeito, tecer reflexões e discussões sobre as motivações das famílias para transferirem os filhos da escola pública para a escola privada, especialmente, em um contexto particular: sendo classe média baixa no município de Fortaleza, no estado do Ceará.

Fortaleza, cidade nordestina, avulta a desigualdade social, pois aparece no relatório desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat, 2016), como um dos municípios com a pior distribuição de renda entre as cidades da América Latina. Ao mesmo tempo em que há poucos bairros que concentram a população de alto poder econômico, há um montante expressivo de regiões periféricas marcadas pela pobreza.

A desigualdade de renda é um tema de suma importância na agenda de pesquisa econômica, em especial na que trata de desenvolvimento e crescimento econômico. No caso cearense, este tema é uma prioridade, pois historicamente o estado do Ceará apresenta níveis de concentração de renda elevados em comparação com as demais unidades federativas (IPECE, 2018, p. 8).

De tal modo, muitas famílias que conseguem ir adentrando à classe média, objetivam priorizar a educação particular para seus filhos, uma característica que infere prestígio social, já que, em Fortaleza, possuir filhos estudando em escolas privadas é considerada uma distinção social. Afinal, os filhos da elite econômica cursam a educação básica em estabelecimentos que cobram mensalidades que chegam a ser quatro vezes maior que a renda per capita de uma família de classe média baixa; e a escola pública, salvo exceções, acaba-se tornando a opção para aqueles que não conseguem uma vaga nos estabelecimentos privados.

O desejo da classe pobre emergente por uma educação privada pode permear inúmeros fatores, tais como: busca por maior qualidade na educação, por mais prestígio social, por uma convivência mais restrita com pessoas de melhor poder econômico, dentre outros fatores. E são justamente as narrativas das mães de alunos que transferem seus filhos da escola pública para a escola privada, que possibilitarão discutir

a histórica dualidade educacional brasileira, no âmbito microssocial, permitindo reflexões críticas sobre essa temática.

O artigo foi subdividido em quatro seções: a) introdução, que apresenta e contextualiza a temática, esclarece o objetivo, o objeto de estudo e a relevância do estudo; b) metodologia, que expõe o percurso investigativo utilizado para desenvolver a pesquisa, explicitando a escolha da abordagem, do tipo de estudo, dos sujeitos participantes, do instrumento de coleta de dados e sua análise; c) resultados e discussão, que parte das narrativas das entrevistadas para efetivar a problematização acerca das duas condições formativas na escola pública e na escola privada; e d) considerações finais, onde é retomado o objetivo central para respondê-lo de maneira concisa, demonstrando os principais achados da pesquisa e as limitações do estudo.

Metodologia

O estudo é de abordagem qualitativa (MINAYO, 1994), pois considera as subjetividades de mulheres cujos filhos foram transferidos da escola pública para a rede privada, valorizando suas percepções e lançando luz às minúcias invisibilizadas em pesquisas macrossociais. Diversos pesquisadores endossam a importância das pesquisas qualitativas e advogam por sua relevância, já que estas possibilitam análises mais sensíveis de contextos específicos (FIALHO, 2015, 2016; REBELO; BORGES, 2010; DINARTE; CORAZZA, 2016; MORGADO, 2016; LIMA; SANTOS, 2018).

A pesquisa é do tipo estudo de caso único, pois considerou um único lócus, ou seja, as mães de estudantes de uma única escola privada de Fortaleza-CE. Tal escolha é amparada por Yin (2001, p. 32), que chama atenção para a importância dos estudos de caso por se tratar de "uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos", o que facultava a uma investigação qualitativa mais aprofundada.

O lócus da pesquisa foi uma escola particular

de Educação Infantil e de Ensino Fundamental de pequeno porte, situada no bairro Jardim das Oliveiras, região periférica de Fortaleza-CE, que teve sua identidade preservada por questões éticas. A instituição funciona em um prédio antigo e atende à clientela que reside no próprio bairro e em localidades adjacentes, em sua maioria, famílias cuja renda mensal per capita é de aproximadamente dois salários-mínimos. Importa esclarecer que nas adjacências dessa escola há uma instituição pública municipal, ou seja, essa escola apresenta-se como uma opção à escolarização pública.

Não é incomum que os alunos transitem entre as duas escolas, pois quando melhoram suas condições econômicas saem da rede pública para a rede privada e vice-versa. Conquanto, as participantes do estudo foram mães que haviam matriculado seus filhos na instituição privada apresentando a transferência oriunda de um estabelecimento educativo público no ano de 2016.

Ao total, foram contatadas pessoalmente sete mães que haviam realizado a transferência dos filhos, quando foram deixá-los na escola. Dentre estas, uma alegou falta de tempo para colaborar e apenas seis participaram do estudo. As últimas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que explicitou o objetivo da pesquisa, a forma de participação (voluntária e sem retribuição financeira), a possibilidade de desistência a qualquer momento etc. Foi assegurado o anonimato, seguindo os critérios éticos estipulados pela resolução n.º 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, no que concerne às pesquisas realizadas com seres humanos. Por isso, para preservar as suas identidades, as participantes do estudo foram renomeadas, aleatoriamente, por: Joana,

Francisca, Sara, Luci, Maria e Fátima.

A coleta dos dados foi realizada mediante entrevista semiestruturada, composta pelas seguintes indagações: a) qual a sua renda familiar? b) por que decidiu transferir seu/sua filho(a) para a rede privada? c) como avalia as duas redes de ensino? e d) ao matricular seu/sua filho(a) na escola particular, foi necessário cortar outros gastos? Em caso positivo, quais?

As entrevistas foram gravadas, transcritas e textualizadas. Em seguida, o conteúdo das respostas foi tratado conforme a análise de conteúdo lecionada por Bardin (2010), portanto, seguindo as quatro seguintes fases: a) organização da análise; b) codificação; c) categorização; e d) tratamento dos resultados, inferência e interpretação dos resultados. Dessa forma, primeiro foi realizada a leitura flutuante, que consiste na leitura e na releitura cuidadosa do material coletado mediante as entrevistas, seguida da pré-análise para a apreensão dos assuntos mais recorrentes, culminando na codificação e na categorização, por meio das quais as informações afins foram agrupadas em categorias, que por sua vez "reúnem um grupo de elementos [...] sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos" (BARDIN, 2010, p. 117).

Para a análise de conteúdo foram seguidos critérios específicos: juntaram-se todas as informações semelhantes das entrevistas; agrupou-se os construtos que se assemelhavam e, por fim, reuniu-se as temáticas em grupos. Esse processo pode ser visualizado no quadro a seguir, que apresenta os grupos temáticos emergentes e os descritores afins das narrativas que os compuseram:

QUADRO 1 – Grupos temáticos e descritores

Grupos temáticos	Descritores
Perfil das entrevistadas	Constituição familiar. Renda mensal. Idade dos filhos. Mensalidade escolar. Emprego. Condições socioeconômicas.
Educação na escola pública e na privada	Motivações. Aprendizagem. Articulação família-escola. Qualificação dos profissionais. Dedicção. Responsabilidade docente. Rendimento escolar.
Prevalência da escola particular	Maior qualidade. Satisfação. Melhor resultado. Desenvolvimento da aprendizagem.

Fonte: Autoria própria (2020).

À vista disso, as narrativas das entrevistadas foram analisadas criteriosamente e agrupadas a partir de um termo aglutinador que unificou os discursos afins, de modo que foram reunidas as informações atinentes ao perfil das entrevistadas, às percepções acerca da escolarização desenvolvida na instituição pública e privada e às motivações que as fizeram optar pelo ensino particular. Esse processo findou-se com a categorização, última etapa da análise de conteúdo.

Resultados e discussão

Após a realização da análise de conteúdo emergiram três categorias, quais sejam: a) perfil das entrevistadas; b) motivações para a transferência; e c) satisfação com a escola privada. Considerando-se que a pesquisa possui abordagem qualitativa e que trabalhou com um número pequeno de participantes, optou-se por apresentar e discutir os dados desde a transcrição das respostas mais representativas para cada categoria. Não cabia uma análise estatística em um estudo que pretendeu valorizar as subjetividades das mães de alunos transferidos da rede pública para a rede privada de ensino.

Dessa maneira, ainda que sejam consideradas na análise global, as respostas monossilábicas, dúbias ou pouco expressivas, para explicitar o significado de cada categoria, foram suprimidas por não colaborarem com a compreensão leitora, tampouco possibilitar uma exemplificação ou aprofundamento da discussão. Com efeito, destaca-se que os trechos selecionados para transcrição dizem respeito às falas mais elucidativas para a compreensão das categorias temáticas emergentes da análise de conteúdo, discutidas a seguir.

Categoria 1 – perfil das entrevistadas

As mulheres participantes do estudo possuem constituição familiar diversa, em conformidade com as modificações sociais emergentes no

século atual (PEREIRA NETO; RAMOS; SILVEIRA, 2016). Francisca, Joana, Sara e Luci são casadas e vivem com os seus esposos, enquanto Fátima é mãe solteira e mora sozinha, ao passo que Maria, também mãe solteira, vive com a mãe. Trata-se de mulheres com idades variadas, entre 23 e 47 anos, com remuneração mensal aproximada de dois salários-mínimos. A idade dos filhos varia entre 4 e 10 anos, sendo que todos estudaram a maior parte da escolarização na rede pública de ensino.

A renda familiar inferida faz com que as famílias sejam pertencentes à classe “baixa média”, pois, de acordo com os indicadores sociais do IBGE (2018), são consideradas nessa classe aquelas famílias com remuneração mensal entre R\$ 1.908,00 e 2.862,00. Sobre as condições econômicas e as implicações sofridas ao optarem por transferir os filhos para uma instituição privada, as seis mães investigadas alegaram que o pagamento das mensalidades da escola fez avultar a necessidade de diminuir outros gastos, mesmo quando contavam com a ajuda de parentes para assumir tal despesa.

Majoritariamente, as mães mencionaram cortar outros benefícios para as crianças, como presentes e passeios. Francisca afirmou que para manter o filho na escola cortou gastos com brinquedos, inclusive, no ano da entrevista, o filho não ganhou presente no Dia das Crianças: “[...] por exemplo, no dia das crianças eu não dei nenhum brinquedo para poder deixar o dinheiro para pagar a escola” (Francisca, informação verbal).⁵ Joana, mesmo tendo ampliado a carga horária do trabalho, também não conseguiu presentear o filho com a mesma frequência de antes, de quando ele estudava na escola pública: “precisei cortar algumas despesas e trabalhar à noite para poder pagar [a mensalidade]” (Joana, informação verbal).⁶ Além de diminuir a compra de brinquedos, os momentos de lazer fora de casa com as crianças também se tornaram exíguos. Sobre esse assunto, Luci (informação

⁵ Depoimento de Francisca concedido à pesquisadora Roberta Araújo de Sousa, na cidade de Fortaleza, CE, Brasil, no dia 12 de setembro de 2016.

⁶ Depoimento de Joana concedido à pesquisadora Roberta Araújo de Sousa, na cidade de Fortaleza, CE, Brasil, no dia 12 de setembro de 2016.

verbal)⁷ confessou: “diminuí compras de brinquedos e passeios, prefiro pagar as mensalidades”. Na mesma direção, Fátima (informação verbal)⁸ explicou: “às vezes preciso deixar de levar ele para um passeio e deixar de comprar brinquedo. Ai, explico que não posso agora”.

A única entrevistada que não necessitou diminuir o poder de consumo ao transferir o filho para a rede privada foi Maria, cuja mãe assumiu a responsabilidade de pagar as mensalidades até que ela conseguisse um emprego, nesse caso, foi a avó quem teve que reorganizar suas despesas. Já Sara, que também contou com a ajuda financeira da madrinha da filha, afirmou ser necessário economizar para pagar a outra parte: “não foi muito difícil porque a madrinha dela ajuda muito [...], mas às vezes é preciso cortar sim (Sara informação verbal).⁹

Portanto, trata-se de famílias que, em detrimento da parca condição financeira, sacrificam o acesso a alguns bens e a momentos de lazer para custear a escolarização dos filhos na rede privada, de forma que o investimento na escolarização acarretou modificações nos orçamentos familiares. Questiona-se, pois, o que leva essas mães a fazerem restrições orçamentárias para manterem seus filhos na escola particular, tendo nas proximidades de suas casas uma escola pública?

Categoria 2 – motivações para a transferência

A respeito da baixa condição econômica, todas as famílias optaram por transferir os filhos para uma escola privada, denominada por elas de “escola de bairro” em decorrência do seu pequeno porte. Das motivações que pesaram para que essa decisão fosse tomada, foi aferida

preponderantemente a baixa qualidade do ensino desenvolvido na escola pública.

Para as mães entrevistadas, a escola pública não estava conseguindo dar conta da missão de garantir a aprendizagem de qualidade aos estudantes e para evidenciar tal fato, Joana relatou a inconstância dos docentes vinculados à prefeitura de Fortaleza, o que acarretava a troca recorrente dos professores de sua filha, comprometendo o seu desenvolvimento: “transferi porque em um ano ela teve sete professoras diferentes e teve algumas vezes que ficavam de duas professoras na classe, mas mesmo assim, ela não levava dever de casa, nem estava demonstrando resultados de aprendizagem alguma” (Joana, informação verbal).¹⁰ Nota-se que além da inconstância dos professores, impasse que acarreta, de fato, muitos prejuízos para o estudante, prioritariamente no decorrer da infância, tendo em vista a descontinuidade do processo educativo, a quebra de rotinas, de combinados e o constante rompimento de relações afetivas (RIBEIRO, 2010), a inexistência de atividades extraclasse e de resultados na aprendizagem contribuíram para a descontinuidade da escolarização na escola pública (ALVES; FIALHO; LIMA, 2018; FERREIRA FILHO, 2020).

Na mesma direção, Luci e Fátima apontaram a maior qualidade do ensino da escola privada, elencando, respectivamente, alguns itens que as fizeram chegar a essa conclusão: “[...] articulação família e escola, qualificação dos profissionais, organização institucional” (Luci, informação verbal)¹¹; “qualidade do ensino, distância de casa, articulação família e escola, qualificação dos profissionais, organização institucional, e atenção com os alunos” (Fátima, informação verbal).¹² Foi comum nas narrativas dessas duas mulheres a

⁷ Depoimento de Luci concedido à pesquisadora Roberta Araújo de Sousa, na cidade de Fortaleza, CE, Brasil, no dia 14 de setembro de 2016.

⁸ Depoimento de Fátima concedido à pesquisadora Roberta Araújo de Sousa, na cidade de Fortaleza, CE, Brasil, no dia 19, de setembro de 2016.

⁹ Depoimento de Sara concedido à pesquisadora Roberta Araújo de Sousa, na cidade de Fortaleza, CE, Brasil, no dia 14 de setembro de 2016.

¹⁰ Depoimento de Joana concedido à pesquisadora Roberta Araújo de Sousa, na cidade de Fortaleza, CE, Brasil, no dia 12 de setembro de 2016.

¹¹ Depoimento de Luci concedido à pesquisadora Roberta Araújo de Sousa, na cidade de Fortaleza, CE, Brasil, no dia 14 de setembro de 2016.

¹² Depoimento de Fátima concedido à pesquisadora Roberta Araújo de Sousa, na cidade de Fortaleza, CE, Brasil, no dia 19 de setembro de 2016.

articulação família-escola, organização institucional e qualificação dos docentes, entendidos como aspectos que não fazem parte da realidade da escola pública, mas que foi possível encontrar na escola privada. As deficiências apontadas, inclusive, podem gerar abandono e evasão dos alunos (SILVA FILHO; ARAÚJO, 2012).

No que remete à articulação família e escola, esse é um atributo da educação estabelecido desde 1996, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei de nº 9394/96 (BRASIL, 1996), que estipulou o princípio da gestão democrática, por meio do qual ficou determinada a obrigatoriedade de as instituições de educação firmarem aproximação com as famílias (OLIVEIRA; MARINHO-ARAÚJO, 2010). Apesar dessa determinação, de fato, Lima (2018) averiguou que muitas são as escolas, tanto públicas quanto privadas, que não a cumprem.

Quanto à falta de organização institucional da rede pública, problema denunciado por Luci e Fátima, este se devia ao fato de que os professores terem as suas práticas interrompidas em razão da transferência de escolas ou término do contrato com a prefeitura, questões que fogem às decisões do corpo docente. Ademais, suas cargas horárias de 40h, distribuídas nos turnos manhã e tarde, não previam trabalhos extra aos sábados e domingos ou no turno noturno, o que impossibilitava realizar reuniões em horários compatíveis com os disponíveis pelas mães para que elas pudessem comparecer. Além disso, para fazer uma reunião era necessário suspender as aulas.

O ensino na escola de bairro era considerado melhor, bem como a assistência às crianças, no entanto, na contramão, a escola possuía professores sem formação em nível superior e não investia na formação continuada de seus profissionais. Já na prefeitura de Fortaleza havia apenas professores formados em Pedagogia e, também, era fomentada a formação continuada para seus profissionais. A formação inicial e continuada dos profissionais da educação é comprovadamente uma ferramenta indispensável para o fomento de uma boa práxis educativa (SMYTH, HAMEL, 2016; ARAÚJO, STEVES, 2017; GENU, 2018; LO-

PES *et al.*, 2020). O problema relatado recaía no fato de os professores efetivos do município de Fortaleza serem em número insuficiente para atender à demanda educacional da cidade e haver grande quantidade de professores contratados temporariamente para suprir essa carência, inclusive, com contratos encerrando-se no meio do período letivo, o que leva a uma alta rotatividade dos profissionais e à descontinuidade do trabalho educativo. Tal fato reluz à necessidade do desenvolvimento de políticas públicas na área da educação com vistas não apenas a efetivar um quantitativo de docentes suficiente, mas também para a necessidade de prover condições de trabalho adequadas aos professores (FLORENCIO; FIALHO; ALMEIDA, 2017; SUESCUN, 2016; LIMA; AZEVEDO, 2019; BRANDENBURG; PEREIRA; FIALHO, 2019), para que possam desenvolver um trabalho continuado, em parceria com as famílias, com mote em uma educação cidadã, dinâmica, crítica e contextualizada (VASCONCELOS; FIALHO; LOPES, 2018; THERRIEN, AZEVEDO, LACERDA, 2017; DINARTE, CORAZZA, 2016).

Os professores da rede pública de Fortaleza são admitidos mediante concurso ou seleção, que envolvem avaliações teóricas e práticas que comprovam saberes inerentes às suas atuações em sala de aula (VICENTINI; LUGLI, 2009). Por isso, de acordo com Brito (2013), tendo em vista que os docentes da escola pública são examinados antes de adentrar ao magistério, ao passo que na rede privada não existe essa seleção, não deveria sustentar-se o discurso de Luci e Fátima, que argumentam sobre a baixa qualidade dos profissionais da rede pública, no entanto, é possível compreender que essa narrativa envolveu fatores externos que ultrapassam a qualificação individual do profissional.

As situações de desentendimento entre as crianças, inerente ao desenvolvimento individual e coletivo nessa fase da vida (CORSI, 2011; CASTRO, 2019; MARQUES, 2019; GUTIERREZ, 2019), às vezes, culminavam em práticas violentas, sendo esse outro fator que, de acordo com as mulheres entrevistadas, foi crucial para interromper a esco-

larização dos filhos na escola pública. Para elas, a escola privada era mais eficaz em evitar conflitos, tal como relatado por Maria (informação verbal)¹³, ao compreender que “[...] na escola particular você tem mais aquela dedicação, aquela responsabilidade que tem a escola particular [em zelar pelo bom relacionamento]”. Sara, por sua vez, relatou o fato de a filha de 10 anos de idade não saber jogar futebol e ter a bola arremessada contra si, o que culminou em um trauma que a impede de se envolver em brincadeiras com alguns alunos: “ela é muito tímida e não sabia brincar e os outros alunos jogavam a bola nela e ela tinha medo dos alunos” (Sara, informação verbal).¹⁴

Importa destacar que o desenvolvimento da criança envolve conflitos e que essas situações, contanto que mediadas, são cruciais para otimizar as condições de evolução no decorrer da infância (QUEIROZ; MACIEL; BRANCO, 2006). Por isso, entende-se que as desavenças entre as crianças são comuns às relações entre elas estabelecidas e independem da instituição onde frequentam. Todavia, na escola pública, as professoras usavam a hora do recreio como tempo para sua alimentação, deixando as crianças desassistidas, já na escola particular havia sempre um profissional atento mediando conflitos e tentando evitar as brincadeiras agressivas e o bullying, que podem acarretar violências simbólicas e físicas, bem como problemas psicológicos (ESTEVES, 2019).

Além disso, as motivações que levaram à transferência dos filhos da escola pública para a escola privada estariam atreladas ao aumento do poder aquisitivo da chamada “classe média emergente” (KOPPER; DAMO, 2018), correlacionada à baixa qualidade do ensino público (MARGUES; PELICIONI; PEREIRA, 2007). Logo, apesar de todas as motivações mencionadas, a transferência só foi possível mediante a possibilidade de investimento financeiro, o que lança lume a dois problemas importantes: a) a escola pública precisa oferecer qualidade na educação com-

patível ou melhor que as escolas privadas, pois não é admissível uma escolarização diferenciada para aqueles que já são beneficiados com maior poder aquisitivo, reproduzindo as desigualdades (LARA, 2016); b) é necessário conscientização da população para a luta por uma educação pública de qualidade, buscando resolver os problemas que esta enfrenta, já que transferir alunos para instituições pagas não pode ser a solução para os problemas educativos (TORRES, 2017).

Categoria 3 – satisfação com a escola privada

Foi unísono o contentamento das mães com a escola privada, bem como o descontentamento com a escola pública. Logo, não se pôde perceber que a mudança de instituição educativa se deu em decorrência de *status* social ou mesmo de um aumento substancial na renda familiar, ao contrário, havia um certo sacrifício para que as famílias mantivessem os seus filhos na escola privada, alternativa considerada, preponderantemente, pela qualidade diferenciada na oferta da educação.

Dentre as justificativas que asseveram maior satisfação com a educação fomentada pela escola privada destacam-se as seguintes: maior atenção das professoras com os estudantes; melhor índice de aprendizagem e mais rápida adaptação dos estudantes à rotina da escola.

Sobre a atenção a cada criança de modo particular, Francisca relatou que na escola da rede municipal onde o filho estudava, havia muitas crianças para uma só professora, o que comprometia a ação focalizada nas particularidades de cada estudante. Indagada a respeito de qual escola ela julga de melhor qualidade, ela respondeu: “A particular, porque eles [os alunos] são mais vistos e as professoras dão mais atenção. E na escola pública são muitas crianças” (Francisca, informação verbal)¹⁵. De fato, as turmas de escolas públicas, geralmente, comportam um

¹³ Depoimento de Maria concedido à pesquisadora Roberta Araújo de Sousa, na cidade de Fortaleza, CE, Brasil, no dia 19 de setembro de 2016.

¹⁴ Depoimento de Sara concedido à pesquisadora Roberta Araújo de Sousa, na cidade de Fortaleza, CE, Brasil, no dia 14 de setembro de 2016.

¹⁵ Depoimento de Francisca concedido à pesquisadora Roberta Araújo de Sousa, na cidade de Fortaleza, CE, Brasil, no dia 12 de se-

número superior de estudantes se comparadas às classes das escolas privadas, o que dificulta o desenvolvimento de uma docência condizente às particularidades dos alunos (MARTINS; DUARTE, 2010).

Fátima, de modo semelhante, relatou as dificuldades de uma assistência personalizada causada pelas turmas com mais estudantes na escola pública, mas, além disso, discorreu sobre a segregação que o filho sofria por apresentar comportamento agitado: "Na outra escola a professora não gostava dele porque ele era malcomportado. Não deixava ele participar das atividades. Eu sei, porque um dia eu a vi fazendo isso e foi bem chato" (Fátima, informação verbal)¹⁶. Na escola privada, no entanto, Fátima percebeu um trabalho mais individualizado com o seu filho: "ele, agora, tem mais abertura, agora, interage com maior liberdade" (Fátima, informação verbal)¹⁷. Por conseguinte, ela nota que houve maior desenvolvimento nas diversas áreas: motora fina e ampla, cognitiva, emocional e social, em conformidade com a finalidade da Educação Infantil, possibilitada pelo respeito ao tempo de cada criança e a sua personalidade (PASQUALINI; MARTINS, 2008).

Outras mães notaram avanços na aprendizagem dos filhos quando passaram a estudar na rede privada, pois, ao total, cinco entrevistadas chamaram atenção para esse aspecto. Joana (informação verbal)¹⁸ asseverou, inclusive, que o baixo rendimento escolar das duas filhas foi o que a motivou a buscar matriculá-las em uma escola particular, mesmo sem possuir condição financeira satisfatória. Salientou que a filha mais nova, de cinco anos de idade, ainda não reconhecia nenhuma letra do alfabeto, realidade que mudou ao chegar à instituição privada. Fátima,

assevera o exposto por Joana ao inferir: "gosto mais da escola particular porque na outra ele [o filho] não aprendeu quase nada. As professoras não tinham atenção com ele" (Fátima, informação verbal)¹⁹. Luci, por sua vez, destacou que o ritmo da aprendizagem desenvolvida no estabelecimento particular é mais elevado se comparado à outra escola, é tanto que o filho de apenas quatro anos de idade já estava aprendendo a ler: "na escola particular ele aprendeu bem mais. A outra não puxa pelo aluno. Transferi por conta da aprendizagem, porque na outra ele não conhecia nada, e hoje ele já está quase aprendendo a ler" (Luci, informação verbal)²⁰.

À luz de Caldeira e Paraíso (2016), antecipar a alfabetização para a Educação Infantil, procedimento comum em escolas privadas que primam pelos resultados (LIMA; MELO, 2016; SOUSA 2012), pode ser prejudicial à criança, pois essa fase deve ser vivenciada e ter respeitadas as suas particularidades, marcadas pelo processo de descoberta do mundo e interação da criança com o seu meio, não devendo haver iniciativas voltadas para a alfabetização e para o letramento (NASCIMENTO, 2012; BARBOSA; FIALHO; MACHADO, 2018). Os relatos das mulheres que denunciam o fato de os seus filhos não dominarem o código escrito enquanto estudavam na escola pública justificam-se pelo cumprimento das orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) (BRASIL, 1999), que determina ser a Educação Infantil uma etapa destinada para a aprendizagem pautada na vivência, na interação e na brincadeira. Ao contrário das DCNEI, a escola privada não segue esse direcionamento, implicando, na percepção das entrevistadas, melhor rendimento na aprendizagem das crianças, por antecipação da alfabetização, ação questionável

tembro de 2016.

¹⁶ Depoimento de Fátima concedido à pesquisadora Roberta Araújo de Sousa, na cidade de Fortaleza, CE, Brasil, no dia 19 de setembro de 2016

¹⁷ Depoimento de Fátima concedido à pesquisadora Roberta Araújo de Sousa, na cidade de Fortaleza, CE, Brasil, no dia 19 de setembro de 2016.

¹⁸ Depoimento de Joana concedido à pesquisadora Roberta Araújo de Sousa, na cidade de Fortaleza, CE, Brasil, no dia 12 setembro de 2016.

¹⁹ Depoimento de Fátima concedido à pesquisadora Roberta Araújo de Sousa, na cidade de Fortaleza, CE, Brasil, no dia 19 de setembro de 2016.

²⁰ Depoimento de Luci concedido à pesquisadora Roberta Araújo de Sousa, na cidade de Fortaleza, CE, Brasil, no dia 14 de setembro de 2016

por especialistas da área (PINHEIRO, *et al.*, 2018).

A preocupação das mães para que os estudantes aprendam os conhecimentos historicamente acumulados pela sociedade e que dominem outras técnicas, como ler, escrever e contar, não é descabida (ALVES; FIALHO, 2019). Afinal, as escolas públicas brasileiras, de maneira geral, demonstram dificuldade para consolidar o processo de alfabetização e letramento, ao passo que a rede privada se sai melhor nesse quesito, talvez porque está sendo analisada de perto pelos pais, que cobram por resultados (NAIFF *et al.*, 2010; CARVALHO, 2019).

No tocante à adaptação, processo que demarca a transição da criança entre os costumes habituais no lar para aqueles comuns à rotina escolar, firmando o sentimento de coletividade e vínculo afetivo entre os demais estudantes e a professora (RAPOPORT; PICCININI, 2001), também foi desenvolvido com maior facilidade na escola privada, que trabalha melhor as questões da multiculturalidade (ABU-EL-HAJ; FIALHO, 2019). Avaliando esse aspecto, Maria afirmou que se sente mais tranquila pelo fato de o filho estudar em escola particular porque nesse ambiente ele adaptou-se melhor: "ele não chora para ir à escola e na creche ele não queria ir e ficava chorando" (Maria, informação verbal).²¹ Da mesma forma, Sara, ao explicitar as suas percepções sobre a escola pública e a escola privada, demonstrou que quando a filha estudava na primeira, não queria ir à escola, enquanto esse processo na escola privada foi mais tranquilo: "gosto mais da particular porque a particular trata melhor [a filha]. Na rede pública as professoras não dão atenção do jeito que as professoras das particulares dão. Ela chorava para ir para escola. E eu levava ela a força" (Sara, informação verbal).²²

Observa-se, a partir dos discursos das entrevistadas, que o ensino de qualidade não vem sendo desenvolvido na rede pública de Fortaleza e esse aspecto reflete na demanda de alunos que são transferidos para as escolas particula-

res de pequeno e médio porte. Tal situação fere a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei n. 9394/96 (BRASIL, 1996), que assegura educação de qualidade e igualdade de acesso e condições e de permanência na educação básica.

Observou-se que, após a transferência dos filhos para uma escola privada de pequeno porte, que sequer tinha todos os seus professores habilitados para a docência, conquanto, houve satisfação quanto ao rendimento da aprendizagem, o que fez avultar, mais uma vez, na percepção das mães, o contraste com a baixa qualidade da escola pública. Ao discorrer sobre os avanços dos seus filhos, as mulheres destacaram: mais rápida adaptação à escola privada, maior índice de aprendizagem e desenvolvimento em variados aspectos, como emocional e cognitivo, reflexos de um corpo docente fixo e salas de aula com menor número de alunos, o que facilitava o trabalho pedagógico das professoras de maneira mais individualizada.

Esse contexto demonstra, contudo, que a dualidade na educação persiste de maneira latente na sociedade brasileira, em moldes semelhantes aos historicamente constituídos (GONDRA; SCHUELER, 2008; BENCOSTTA, 2001; SAVIANI, 2011), que oferece uma escolarização diferenciada consoante as condições econômicas: mais bem qualificada aos filhos da elite e de mais baixa qualidade aos filhos dos mais pobres (VICENTINI; LUGLI, 2009).

Considerações finais

A pesquisa partiu de uma inquietação acerca do que levava os pais, com restrito poder econômico, a transferir os seus filhos da rede pública para a rede privada de ensino. Para responder essa problemática, desenvolveu-se um estudo com o objetivo de compreender os fatores que influenciam a transferência de alunos da rede pública para a rede privada de ensino, na educação básica do município de Fortaleza-CE. Assim,

²¹ Depoimento de Maria concedido à pesquisadora Roberta Araújo de Sousa, na cidade de Fortaleza, CE, Brasil, no dia 19 de setembro de 2016

²² Depoimento de Sara concedido à pesquisadora Roberta Araújo de Sousa, na cidade de Fortaleza, CE, Brasil, no dia 14 de setembro de 2016

seria possível, a partir das motivações dos pais, discutir a dualidade da educação.

Utilizou-se pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso, mediante entrevista semiestruturada com seis mulheres residentes no bairro Jardim das Oliveiras, localizado na capital cearense, que transferiram os filhos da escola pública para uma instituição privada, para possibilitar captar as percepções das mães considerando suas subjetividades. As narrativas lançaram luz às motivações que contribuíram para que as entrevistadas tomassem a decisão da transferência de seus filhos de escola, realçando experiências e ideias a respeito da escolarização ofertada nas duas escolas. As oralidades, após gravação, transcrição e textualização, foram tratadas seguindo a técnica da análise de conteúdo, por meio da qual as informações semelhantes foram agrupadas em uma mesma temática, dando origem a três categorias: perfil das entrevistadas; motivações para a transferência; satisfação com a escola privada.

Ao traçar o perfil das entrevistadas, constatou-se que as participantes do estudo eram mulheres casadas ou solteiras, com idades entre 23 e 47 anos, que possuíam um ou dois filhos e sobreviviam com renda mensal familiar de aproximadamente dois salários-mínimos, integrando a classe econômica baixa média. Logo, para manter seus filhos na escola privada, precisavam diminuir outros gastos e, em alguns casos, contar com o auxílio de terceiros para o pagamento das mensalidades.

Constatou-se que dentre as motivações que levaram as mulheres a optar pela transferência dos filhos para a rede privada, destaca-se: o baixo rendimento da aprendizagem dos filhos; a rotatividade do corpo docente; turmas com grande quantidade de alunos; parca articulação entre família e escola; mediação de conflitos insipiente para qualificar a interrelação entre os estudantes; ausência de um ensino mais individualizado que considerasse as particularidades das crianças; dentre outros. Tais insatisfações fizeram com que as mães considerassem a educação pública de baixa qualidade e fizessem um sacrifício

financeiro para custear a escolarização privada.

Chamou atenção o fato de que as mães não efetivaram a transferência de seus filhos em busca de status social, mas almejando uma educação mais bem qualificada. No entanto, ao invés de lutarem por melhoria da qualidade na educação pública, problematizando os aspectos que consideravam preponderantes para a fragilização de uma boa educação, preferiram retirar seus filhos da rede pública e inserir na rede privada. Possivelmente, sentiam-se impossibilitadas de reverter tais situações desfavoráveis, já que muitos dos problemas eram de ordem estrutural que fugiam, inclusive, ao controle da escola como, por exemplo, o encerramento de contrato dos professores e a ausência de carga horária para reuniões em horários não comerciais.

Essa problemática possibilita refletir que a dualidade historicamente constituída para educação dos pobres e dos mais abastados economicamente é incessante ainda atualmente. Esse cenário dual silencia inúmeros pais, que satisfeitos com a educação privada, passam a ignorar os problemas da educação pública, não se engajando em uma luta consciente e crítica pela melhoria da qualidade da escola pública.

Conclui-se que a dualidade do ensino está associada à qualidade diferenciada entre a escola ofertada pelo poder público e aquela desenvolvida em ambientes particulares, sendo esta última, salvo exceções, um lócus privilegiado. Esse processo dual é característica que persiste nos modelos educativos da contemporaneidade, sendo a escola pública prejudicada por ser percebida como aquela que desenvolve uma escolarização com qualidade duvidosa, enquanto a instituição privada está associada a uma maior qualidade. Tal fato aponta para a necessidade não apenas de melhor gestão e investimento estatal, mas de engajamento social em defesa da escola pública. É necessário, portanto, que haja o inconformismo da população e que este seja revertido em ações em prol da escola pública. Importa, pois, acreditar que a educação pública pode e deve ser de alta qualidade, e para isso é necessário o empenho de todos os cidadãos,

compartilhando responsabilidades e envolvendo-se politicamente em defesa dessa causa.

Sinaliza-se, por fim, que por se tratar de um estudo de caso, a investigação não possibilita generalizações, no entanto, faz-se relevante pela possibilidade de ensinar ênfase a um problema estrutural no contexto educacional brasileiro que não admite naturalização e omissão. Sugere-se a realização de novas investigações que analisem contextos distintos para permitir a comparação de resultados com vistas a mobilizar forças para o aperfeiçoamento da educação formal pública brasileira.

Referências

ABU-EL-HAJ, M. F.; FIALHO, L. M. F. Formação docente e práticas pedagógicas multiculturais críticas. **Revista Educação em Questão**, [S. l.], v. 57, p. 1-27, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoem-questao/article/view/17109>. Acesso em: 9 maio 2020.

ALVES, F. C.; FIALHO, L. M. F. Currículo na educação infantil: O que pensam os professores? **Práxis Educacional**, [S. l.], v. 15, p. 251-272, 2019. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/index>. Acesso em: 9 maio 2020.

ALVES, F. C.; FIALHO, L. M. F.; LIMA, M. S. L. Formação em pesquisa para professores da educação básica. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, [S. l.], v. 11, p. 285, 2018. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revtee/index>. Acesso em: 9 maio 2020.

ANANIAS, M.; SANTOS, L. R. "Quando o homem sabe ler, escrever e contar, pode, por sua própria individualidade, desenvolver-se e esclarecer-se": a escolarização de crianças pobres na província da Parahyba do Norte (1855-1866). **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 4, n. 10, p. 66-80, 2019. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/453>. Acesso em: 9 maio 2020.

ARANHA, M. L. de A. **História da educação e da pedagogia**. São Paulo: Moderna, 1996. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/453>. Acesso em: 7 abr. 2020.

ARAÚJO, R. M. B.; ESTEVES, M. M. F. A formação docente, inicial e contínua, para o trabalho com adultos em Portugal: o olhar dos professores. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 2, n. 4, p. 18-35, 2017. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/121/104>. Acesso em: 10 out. 2019.

BARBOSA, D. S.; FIALHO, L. M. F.; MACHADO, C. J. S. Educação inclusiva: aspectos históricos, políticos e ideológicos da sua constituição no cenário internacional. **Actualidades Investigativas en Educación**, [S. l.], v. 18, p. 1-20, 2018. Disponível em: <https://revistas.ucr.ac.cr/index.php/aie/article/view/33213>. Acesso em: 9 maio 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2010.

BEGO, A. Políticas públicas e formação de professores sob a perspectiva da racionalidade comunicativa: da ingerência tecnocrata à construção da autonomia profissional. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 3-24, 2016. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/98>. Acesso em: 21 jan. 2020.

BENCOSTTA, M. L. A. Arquitetura e espaço escolar: reflexões acerca do processo de implantação dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928). **Educar em Revista**, [S. l.], n. 1, p.103-131. 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010440602001000200008&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 7 abr. 2020.

BOSI, A. **Dialética da colonização**. São Paulo: Schwarcz, 1936.

BRANDENBURG, C.; PEREIRA, A. S. M.; FIALHO, L. M. F. Práticas reflexivas do professor reflexivo: experiências metodológicas entre duas docentes do ensino superior. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades – Rev. Pemo**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 1-16, 2019. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpe>. Acesso em: 6 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Parecer CEB 022/98; Resolução CEB 1/1999. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Básica, 1999.

BRITO, V. L. A. O plano nacional de educação e o ingresso dos profissionais do magistério da educação básica. **Educação & Sociedade**, [S. l.], v. 34, n. 125, p. 1251-1267, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101_73302013000400012&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 6 abr. 2020.

CARDEIRA, M. C da S.; PARAÍSO, M. A. Dispositivo da antecipação da alfabetização: condições de emergência e contornos atuais. **Cadernos de Pesquisa**, [S. l.], v. 46, n. 161, p. 846-868, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742016000300846. Acesso em: 4 abr. 2020.

CARVALHO, S. O. C. Formação Docente e Práxis Pedagógica: narrativa de uma professora. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 1-13, 2019. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3602>. Acesso em: 6 abr. 2021.

CASTRO, H. A criança em tribunal: Entre os espaços e a participação. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 5, n. 13, p. 41-58, 2019. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/1940>. Acesso em: 9 maio 2020.

CORSI, B. R. Relações e conflitos entre crianças na Educação Infantil: o que elas pensam e falam sobre isso. **Educar em Revista**, [S. l.], n. 42, p. 279-296, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602011000500018. Acesso

em: 7 abr. 2020.

DINARTE, L. D.; CORAZZA, S. Espaço poético como tradução didática: Bachelard e a imagem da casa. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 135-148, 2016. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/105>. Acesso em: 11 abr. 2020.

ESTEVES, P. S. A perspectiva dos estudantes diante da violência que enfraquece as relações intersubjetivas no cotidiano escolar. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 4, n. 11, p. 60-81, 2019. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/227>. Acesso em: 9 maio 2020.

FERREIRA FILHO, L. N. O projeto de avaliação diagnóstica da rede pública estadual do Ceará: Análise dos descritores críticos em Matemática. *Práticas Educativas, Memórias e Oralidades – Rev. Pemo*, [S. l.], v. 2, n. 3, p. e233622, 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3622>. Acesso em: 6 nov. 2020.

FIALHO, L. M. F. **A vida de jovens infratores privados de liberdade**. Fortaleza: UFC, 2015.

FIALHO, L. M. F. **Assistência à criança e ao adolescente "infrator" no Brasil**: breve contextualização histórica. Fortaleza: EdUECE, 2016.

FIALHO, L. M. F. Qualidade de vida comparada: alunos da escola pública e privada. **Perspectiva**, [S. l.], v. 37, p. 636-653, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2019.e50705/0>. Acesso em: 9 maio 2020.

FLORENCIO, L. R. S.; FIALHO, L. M. F.; ALMEIDA, N. R. O. Política de Formação de Professores: A ingerência dos Organismos Internacionais no Brasil a partir da década de 1990. **Holos**, [S. l.], v. 5, p. 303-312, 2017. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5757>. Acesso em: 27 mar. 2020.

GARCIA, J. D. A.; LAZARINI, A. Q.; BARBIERI, A. F.; MELLO, R. A. A origem da escola pública no século XIX: contraposição ou coerência com as necessidades do capital? **Revista Tempos e Espaços em Educação**, [S. l.], v. 10, n. 21, p. 177-190, 15 mar. 2017. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/6341>. Acesso em: 7 abr. 2020.

GENÚ, M. A abordagem da ação crítica e a epistemologia da práxis pedagógica. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 3, n. 9, p. 55-70, 2018. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/856>. Acesso em: 5 mar. 2020.

GONDRA, J. G.; SCHUELER, A. **Educação, poder e Sociedade no Império Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

GUTIERREZ, L. Education nouvelle et conception chrétienne de l'éducation: contresens, carences doctrinales et adaptations limitées. **Educação & Formação**, v. 5, n. 13, p. 27-40, 2019. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/2231>. Acesso em: 09 maio 2020.

IBGE. *Síntese dos indicadores sociais de 2018*. In: **Agência de Notícias IBGE**. [S. l.], 5 nov. 2018. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediadiba/ge/arquivos/ce915924b20133cf3f9ec2d45c2542b-

[o.pdf](#). Acesso em: 4 abr. 2020.

IPECE. IPECEDATA: Sistema de Informações Geossocioeconômicas do Ceará. In: **Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)**. Fortaleza: IPECE, 2018. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/perfil-municipal>. Acesso em: 5 abr. 2020.

KOPPER, M.; DAMO, A. S. A emergência e evanescência da nova classe média brasileira. **Horizontes Antropológicos**, [S. l.], v. 24, n. 50, p. 335-376, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832018000100335. Acesso em: 5 abr. 2020.

LARA, A. M. Políticas de redução da desigualdade sociocultural. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 1, n. 3, p. 140-153, 2016. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/118>. Acesso em: 21 jan. 2020.

LIMA, L. C. Por que é tão difícil democratizar a gestão da escola pública? **Educar em Revista**, [S. l.], v. 34, n. 68, p. 15-28, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/v34n68/0104-4060-er-34-68-15.pdf>. Acesso em: 11 maio 2020.

LIMA, A.; AZEVEDO, M. L. Processo de institucionalização da política nacional e estadual de formação docente: proposições e resistências no Paraná. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 4, n. 12, p. 124-147, 2019. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/1126>. Acesso em: 5 abr. 2020.

LIMA, J. A de.; MELO, A. C. As escolas privadas e os seus clientes: estratégias organizacionais de promoção da oferta e de regulação das admissões. **Forum Sociológico**, [S. l.], v. 29, p. 75-83, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/sociologico.1514>. Acesso em: 3 abr. 2020.

LIMA, J.; SANTOS, G. Valores, educação infantil e desenvolvimento moral: concepções dos professores. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 3, n. 8, p. 153-170, 2018. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/275>. Acesso em: 5 abr. 2020.

LOPES, T. M. R.; TORRES, M. N. B. F.; MENEZES, I. B. S. História da formação de professores no Ceará: da escola normal aos ambientes virtuais de aprendizagem. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades – Rev. Pemo**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. e233724, 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3724>. Acesso em: 5 dez. 2020.

MARQUES, E. P.; PELICIONI, M. C. F.; PEREIRA, I. M. T. B. Educação Pública: falta de prioridade do poder público ou desinteresse da sociedade? **Journal of Human Growth and Development**, [S. l.], v. 17, n. 3, p. 2175-3598, 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822007000300003. Acesso em: 3 abr. 2020.

MARQUES, L. Reações familiares diante da criança em situação de deficiência. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 4, n. 12, p. 67-81, 2019. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/912>. Acesso em: 11 maio 2020.

MARTINS, L. M.; DUARTE, N. **Formação de professores**: limites contemporâneos e alternativas necessárias. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 1994.

MORGADO, J. C. O professor como decisor curricular: de ortodoxo a cosmopolita. **Revista Tempos e Espaços em Educação.** [S. l.], v. 9, n. 18, p. 55-64, 2016. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/4964/4098>. Acesso em: 7 abr. 2020.

MORORÓ, L. P. A influência da formação continuada na prática docente. **Educação & Formação.** Fortaleza, v. 2, n. 4, p. 36-51, 2017. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/122/105>. Acesso em: 10 out. 2019.

NAIFF, L. A. M.; SOARES, A. B.; NAIFF, D. G. M.; AZAMOR, C. R.; ALMEIDA, S. A. de.; SILVA, C. C. Ensino Público e Privado: Comparando Representações Sociais de Professores sobre suas Habilidades. **Psicologia em Educação.** [S. l.], v. 4, p.1982-1247, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472010000100008. Acesso em: 3 abr. 2020.

NASCIMENTO, M. L. B. P. As políticas públicas de educação infantil e a utilização de sistemas apostilados no cotidiano de creches e pré-escolas públicas. **Revista Brasileira de Educação.** [S. l.], v. 17, n.49, p.1413-2478, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782012000100004. Acesso em: 3 abr. 2020.

NOGUEIRA, D. L. **Amália Xavier e a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte:** registros sob a constituição de uma cultura docente para a educação no campo. Fortaleza: Editora IMEPH, 2011.

OLIVEIRA, C. B. E.; MARINHO-ARAÚJO, C. M. A relação família-escola: intersecções e desafios. **Educação & Psicologia.** [S. l.], v. 27, p. 99-108, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2010000100012. Acesso em: 3 abr. 2020.

PASQUALINI, J. C.; MARTINS, L.M. A Educação Infantil em busca de identidade: análise crítica do binômio "cuidar-educar" e da perspectiva anti-escolar em Educação Infantil. **Psicologia da Educação.** [S. l.], n. 27, p. 1414-6975, 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752008000200005. Acesso em: 05 abr. 2020.

PEREIRA NETO, E. F.; RAMOS, M. Z. SILVEIRA, E. M. C. Configurações familiares e implicações para o trabalho em saúde da criança em nível hospitalar. **Physis Revista de Saúde Coletiva.** [S. l.], v. 26, n. 3, p. 961-979, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v26n3/0103-7331-physis-26-03-00961.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2020.

PINHEIRO, M. N. S.; RODRIGUES, T. A.; MARANHÃO, A. L. N.; FIALHO, L. M. F. Formação de professores para a Educação Infantil e séries iniciais do ensino fundamental: reflexões sobre a polivalência. **Revista Internacional de Formação de Professores.** [S. l.], v. 3, p. 401-416, 2018. Disponível em: <https://periodicos.itp.ifsp.edu.br/index.php/RIFP/index>. Acesso em: 7 abr. 2020.

QUEIROZ, N. L. N. de.; MACIEL, D. A.; BRANCO, A. U. Brincadeira e desenvolvimento infantil: um olhar sociocultural construtivista. **Paidéia.** [S. l.], v. 16, n. 34, p. 169-179, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/>

[scielo.php?pid=S0103-863-2006000200005X&script=sci_arttext](https://www.scielo.br/). Acesso em: 11 maio 2020.

RAPOPORT, A.; PICCININI, C. A. O Ingresso e Adaptação de Bebês e Crianças Pequenas à Creche: Alguns Aspectos Críticos. **Psicologia: Reflexão e Crítica.** v. 14, p. 81-95, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v14n1/5209.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2020.

REBELO, P. V.; BORGES, G. F. Contributos para o estudo do desenvolvimento do adulto: reflexões em torno da generatividade. **Práxis Educacional.** [S. l.], v. 5, n. 7, p. 97-114, 2010. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/603>. Acesso em: 11 abr. 2020.

RIBEIRO, M. L. A afetividade na relação educativa. **Estudos de Psicologia.** [S. l.], v. 27, n. 3, p. 405-412, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2010000300012. Acesso em: 3 abr. 2020.

SANTOS, J. M.; SILVA, F.; SILVA, L. Política de educação profissional: o programa Brasil profissionalizado no contexto escolar. **Educação & Formação.** [S. l.], v. 5, n. 13, p. 172-194, 2019. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/1801Acessoem3abr.2020>. Acesso em: 09 maio 2020.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SILVA FILHO, R. B.; ARAÚJO, R. M. L. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. **Educação Por Escrito,** Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 35-48, 2012. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/view/24527>. Acesso em: 12 maio 2020.

SMYTH, E.; HAMEL, T. The history of initial teacher education in Canada: Québec and Ontario. **Educação & Formação.** Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 88-109, 2016. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/93>. Acesso em: 21 jan. 2020.

SOUSA, I. M. A. E por falar em ensino fundamental de nove anos, mais um equívoco: agora não precisamos mais alfabetizar... Agora é só letrar? **Educação Por Escrito,** Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 99-108, 2012. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/93>. Acesso em: 12 maio 2020.

SUESCÚN, M. Políticas públicas educativas en el contexto social colombiano de la década de los 70 del siglo XX. **Educação & Formação.** Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 65-87, 2016. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/92>. Acesso em: 29 abr. 2020.

THERRIEN, J.; AZEVEDO, M. R.; LACERDA, C. A racionalidade pedagógica nos processos de mediação à produção de sentidos e de aprendizagem aos saberes. **Educação & Formação.** Fortaleza, v. 2, p. 186-199, 2017. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/166>. Acesso em: 29 abr. 2020.

TORRES, J. M. Exclución social y educación superior: la respuesta pedagógica. **Educação & Formação,** Fortaleza, v. 2, n. 6, p. 3-16, 2017. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/157>. Acesso em: 29 abr. 2020.

UN-Habitat - United Nations Human Settlements Programme. **Urbanization and Development:** Emerging Futures. World Cities Report, 2016.

VASCONCELOS, J. G.; FIALHO, L. M. F.; LOPES, T. M. R. Educação e liberdade em Rousseau. **Educação & Formação.** Fortaleza, v. 3, n. 8, p. 210-223, 2018. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/278/206>. Acesso em: 10 out. 2019.

VICENTINI, P. P.; LUGLI, R. **História da profissão docente no Brasil:** representações em disputa. São Paulo: Cortez, 2009.

YIN, R. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Lia Machado Fiuza Fialho

Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC), em Fortaleza, CE, Brasil; Pós-doutorada em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em João Pessoa, PB, Brasil. Professora da Universidade Estadual do Ceará (UECE), em Fortaleza, CE, Brasil. Pesquisadora produtividade CNPq.

Roberta Araújo de Sousa

Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), em Fortaleza, CE, Brasil. Diretora do Instituto Psicopedagógico Raio de Luz, em Fortaleza, CE, Brasil.

Francisca Genifer Andrade de Sousa

Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (UECE), em Fortaleza, CE, Brasil. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), em Fortaleza, CE, Brasil.

Endereço para correspondência

Lia Machado Fiuza Fialho; Francisca Genifer Andrade de Sousa

Programa de Pós-Graduação em Educação
Av. Dr. Silas Munguba, 1700
Itaperi, 60714-903
Fortaleza, CE, Brasil

Roberta Araújo de Sousa

Rua da Esperança, 244
Jardim Das Oliveiras, 60821-060
Fortaleza, CE, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação das autoras antes da publicação.